

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

PROJETO CASA VERDE: POR UM ENSINO DE HISTÓRIA “ECOLOGIZADO”

Marcus da Silva Marques
Mestrando – ProfHistória/UFF
projetocasaverde2021@gmail.com

O mundo vive uma grave crise ambiental. Ampliando o conceito, podemos considerar que essa crise poderia ser socioambiental, tamanha a influência que a ação antrópica no meio biofísico se desenrola ao longo do tempo. Rompimento de barragens, poluição das águas, aquecimento global e queimadas são alguns exemplos de como nós, humanos, agimos de forma ecologicamente desequilibrada. Enchentes, secas extremas, mudanças climáticas bruscas, redução da biodiversidade pode parecer, para muitas pessoas, eventos que não tem relação com a ação antrópica no meio biofísico. Contudo, se procurarmos olhar e conhecer melhor as suas genealogias, causas e consequências, por exemplo, talvez encontraremos alguns indícios que apontam para o papel dos seres humanos nesses eventos.

A questão socioambiental nos faz olhar para as sociedades humanas muito além das suas tradicionais fronteiras, delineado a ferro, fogo, sangue e dinheiro desde a antiguidade, prologando-se até o tempo presente, num movimento de continuidade ao longo do tempo. O aquecimento global ou uma pandemia viral não consideram as fronteiras entre as nações, por exemplo. A humanidade aprendeu essa lição da forma mais dura possível: desde meados de 2020 enfrentamos uma pandemia de Covid-19 que provocou imensos transtornos para grande parte da humanidade, além de ter ceifado milhões de vidas em todo o mundo. Variantes como a inglesa, a brasileira e a indiana espalharam-se velozmente pelo mundo, prologando a pandemia e dificultando o seu fim.

Vale lembrar que crise socioambiental não é algo que surgiu há pouco tempo. Ela afeta a vida na Terra há muitos milênios, desde cidades da antiguidade como os maias, os acádios ou os nativos originais da ilha de Páscoa que possivelmente desapareceram devido a crises climáticas provocadas pela ação antrópica na natureza.¹ Contudo, foi apenas na esteira das revoluções industriais, ocorridas nos séculos XVIII e XIX, que os

¹ Para maiores detalhes, sugiro a leitura de duas obras de Jared Diamond: “Armas, germes e aço” e “Colapso – como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso”, publicadas, no Brasil, pela Editora Record.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

humanos passaram a provocar impacto em todo meio ambiente terrestre, principalmente através das mais diversas formas de poluição que culminou em aquecimento global que, por sua vez, provoca secas, enchentes, mudanças climáticas extremas, doenças epidêmicas e outros problemas que a ONU já aponta que poderão vir a se tornar irreversíveis caso não haja uma mudança de postura dos países com relação à natureza.²

A questão vem se tornando, cada vez mais, uma pauta urgente no tempo presente. Será que vivemos uma crise socioambiental sem precedentes? Nesse sentido, o que nós, professores de História da educação básica, podemos fazer para contribuir nas discussões e reflexões sobre essa temática bastante pertinente do tempo presente?

Nessa esteira, Soffiati (2016) afirma que essa crise ambiental se abate sobre a Terra, pelos menos nos últimos 500 anos, em função de uma relação predatória dos humanos sobre o meio ambiente, de tal forma que alguns pesquisadores chamam esse período de “Antropoceno” devido ao grande impacto provocado pelas ações humanas no meio biofísico. Ele nos alerta que:

“os gases causadores do efeito estufa estão se acumulando na atmosfera, os oceanos estão se acidificando, as florestas estão sendo removidas, grandes quantidades de poeira (aerossóis) também se concentram na atmosfera, a água doce se reduz em quantidade e fica comprometida em qualidade.” (SOFFIATI, 2016, p. 71)

Pode ser interessante se debruçar sobre o conceito de *democracia socioambiental*, defendido por Leonardo Boff. Segundo o autor, essa forma de democracia seria “o ponto mais avançado da integração do ser humano com a natureza. (...) uma civilização biocentrada que devolverá o equilíbrio perdido à Mãe Terra e garantirá o futuro de nossa civilização. Todos e a natureza inteira seremos cidadãos, habitando cuidadosa e jovialmente a Casa Comum.” (BOFF, 2017)

Leonardo Boff chama nosso planeta de “Casa Comum”, inspirado pelas palavras do Papa Francisco. Ele nos convida a refletir sobre história não preocupados com os

² Matéria publicada no Portal de Notícias G1 - <https://g1.globo.com/natureza/aquecimento-global/noticia/2021/08/09/influencia-humana-e-responsavel-por-alta-de-107c-na-temperatura-global-estima-relatorio-do-ipcc-orgao-da-onu.ghtml>. Acesso em 09.ago.2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

espaços formatados pelos estados nacionais e divididos por fronteiras bem delimitadas, mas compreendendo que habitamos o mesmo espaço. O teólogo sugere que precisamos olhar para o meio ambiente como algo uno e indivisível. A Terra, Casa Comum de toda a humanidade, onde práticas e atitudes podem ter impactos que rompem as fronteiras pré-estabelecidas pelos estados nacionais é o cenário por onde transcorre a história da humanidade. Para ele é imprescindível termos uma relação ética e respeitosa com a natureza, entendendo que

(...) todos somos humanos; todos somos habitantes da mesma Casa Comum; cada qual é portador de um equipamento biológico e cultural que oferece habilidades para organizar as relações para com a Mãe Terra; todos somos igualmente submetidos às mesmas ameaças e aos mesmos riscos como jamais ocorreram anteriormente, nestas proporções globais, na história humana. Eis a razão a mais para elaborarmos uma coligação de princípios e valores, fundados em nossa própria natureza comum, com os quais possamos, com sucesso, enfrentar os desafios que nos antolham.” (BOFF, 2017, p. 53)

O teólogo e pensador brasileiro nos alerta para a necessidade de adotarmos uma ética em relação à nossa Casa Comum pois somos parte integrante dela e sua destruição representará o fim da humanidade. Acreditamos que os professores de História poderiam abraçar a história ambiental no planejamento de suas aulas, tanto na abordagem dos conteúdos curriculares da área como na contribuição para construção de uma educação ambiental transformadora, crítica e politizada no cotidiano da escola, oferecendo uma alternativa frente à ação das empresas nas escolas nesse campo.

Na atual Constituição Federal brasileira, encontramos um capítulo inteiro dedicado à questão socioambiental, normatizando o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para que todos possam ter uma qualidade de vida melhor, obrigando a intervenção do poder público para garanti-lo não só para as gerações atuais, mas também para as que virão (BRASIL, 1988)

Contudo se faz pertinente ressaltar que esse direito não se concretiza apenas com a ação do Estado, também sendo responsabilidade de todos os cidadãos brasileiros e residentes no Brasil, o que torna a questão um inegável objeto de apreciação e atuação dos professores de história na sua missão como formadores de cidadãos críticos, conscientes e proativos, preparados para enfrentar o mundo do trabalho e as demais

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

relações sociais, conforme escrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 1996)

Voltando à Carta Magna, nos deparamos algumas incumbências do poder público no que se refere às questões socioambientais. Atentando para o sexto capítulo do título VIII, podemos perceber que a responsabilidade dos professores fica evidente na medida em que o Estado deve “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e conscientização pública para a preservação do meio ambiente.” (BRASIL, 1988)

No âmbito da legislação brasileira existem outros dispositivos legais que dizem respeito à temática socioambiental. Entre eles, podemos destacar a Lei nº 6.938 de 1981 que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente ou a Lei nº 9.605 de 1998 que versa sobre os crimes ambientais. Sobretudo, no campo educativo, temos a Lei nº 9.795 de 1999 que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil. Além desses mencionados acima, podemos encontrar diversos pareceres, cartas e outros documentos que objetivam nortear as bases e práticas no campo da educação ambiental, assim como na relação dos cidadãos com o meio ambiente. (DIAS, 2004)

Contudo, adentrando na seara curricular, verificamos que eles pouco se dedicam a apreciar as questões socioambientais no chão da escola. Nos anos 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) dedicam toda uma parte ao meio ambiente, configurando um dos chamados Temas Transversais que, em tese, deveriam ser abraçados por todas as áreas ou disciplinas. Em substituição aos PCNs, surgiram as Bases Nacionais Curriculares Comuns (BNCC) que quase não menciona a educação ambiental na versão final de seu documento, mas indicando alguns Temas Contemporâneos Transversais. Entre eles, o tema “Meio Ambiente”, que abraçaria a educação ambiental escolar.

O professor Ely Bergo de Carvalho ainda aponta outros possíveis motivos para o pouco espaço que a educação ambiental tem no cotidiano da escola. Para ele, três fatores impedem o bom desenvolvimento desse processo: não tratar a crise socioambiental como um problema sistêmico, apenas como mais uma das discussões a serem estimuladas nas escolas; a falta de recursos e de condições para um trabalho efetivo e significativo e “a estrutura fragmentada do conhecimento moderno, voltado para o controle e não para o diálogo com a natureza, que é reproduzido nas escolas.” (CARVALHO, 2011, p. 3) Ele

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

conclui afirmando que os professores de História, em sua grande maioria, não têm suporte teórico e metodológico para desenvolver os debates acerca da crise socioambiental. Para tentar amenizar esse problema, Carvalho sugere a inclusão da educação ambiental nos cursos de licenciatura plena em História, mesmo com todos os obstáculos presentes nesse processo, como ele mesmo testemunha, ao afirmar que “toda vez que proponho tal debate entre historiadores, sinto-me como um profeta bíblico, uma voz que clama no deserto.” (CARVALHO, 2017, p. 28)

Por isso, objetivamos que o Projeto Casa Verde pode contribuir para a efetivação de projetos interdisciplinares, ações na comunidade escolar, aulas diferenciadas e trabalhos de campo que valorizem as práticas educativas ambientais na escola da rede municipal de Itaboraí aonde estamos atuando. Assim, acreditamos que alguns professores da unidade poderão abraçar essa ideia e, junto conosco, realizar diversos trabalhos neste espaço de educação não-formal na pós-pandemia. Sobretudo, ensejamos que o espaço de educação paraescolar e de formação de professores que estamos construindo possa ser útil para se refletir e projetar temas e conteúdos relativos a questão socioambiental no ensino de História da Educação Básica.

Worster defende que não existe uma “resposta fácil” para solucionar o problema da crise socioambiental ou da “quase ausência” da natureza nas aulas de História. (CARVALHO, 2012) O historiador estadunidense aponta para a necessidade de uma “perspectiva ecológica” na abordagem histórica na medida em que...

este mundo da natureza que nos rodeia – florescente, murmurante, excitante – sempre foi uma força na vida humana. E é assim hoje, a despeito de todos os nossos esforços para nos livrarmos desta dependência, e apesar de nossa frequente indisposição em reconhecer nossa dependência, até que seja muito tarde e a crise nos atinja. A história ambiental objetiva trazer de volta à nossa consciência este significado da natureza e, com o auxílio da ciência moderna, descobrir algumas verdades recentes sobre nós mesmos e nosso passado.

(...) Qualquer que seja o assunto que o historiador ambiental escolha investigar, ele deve enfrentar o antigo problema da humanidade, que tem que se alimentar sem degradar a fonte básica da vida. Hoje, como sempre, este problema é o desafio fundamental na ecologia humana, e enfrentá-lo demandará conhecer bem a terra – conhecer sua história e seus limites. (WORSTER, 2003, p. 39)

Nossa pesquisa se propõe a refletir, identificar e sugerir possíveis contribuições que o ensino de História pode oferecer para as práticas de educação ambiental na

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

educação básica e como trabalhar com a relação entre os humanos e a natureza ao longo do tempo nos conteúdos curriculares da área. Acreditamos que a história ambiental, ao resgatar as relações entre os seres humanos e a natureza ao longo do tempo, pode vir a se tornar uma importante ferramenta para desenvolver tal empreitada no espaço escolar. Carvalho entende que essa aproximação entre o ensino de História e as questões ambientais ainda é um obstáculo para o professor, na medida em que a área é encarada como um campo de reflexões sociais dissociadas das temáticas relativas à natureza, de tal forma que, superar essa dicotomia entre sociedade e natureza, entre cultura e meio ambiente é uma tarefa pertinente e urgente na atual conjuntura. O historiador aponta que “a Educação Ambiental busca desfazer essa disjunção, para uma compreensão mais complexa do ambiente, tendo em vista a produção de uma nova racionalidade ambiental.” (CARVALHO, 2016, p. 55)

Como os professores de História poderiam trabalhar com a questão socioambiental em sala de aula? Como promover uma educação ambiental, a partir do contexto da relação dos alunos com o meio biofísico onde vivem, que pudesse fornecer elementos para que eles possam se sentir parte da natureza e incorporar atitudes e práticas que possam contribuir para um meio ambiente ecologicamente equilibrado? Qual seria o papel dos professores de História na educação ambiental nos espaços de educação formal e não formal? São muitas questões que poderíamos abraçar no âmbito dessa relação imbricada entre nós e o mundo natural.

Nos limites do presente projeto, pretendo pensar como a história ambiental pode ser incluída nas aulas de história da educação básica através de sua inserção no currículo de História. Antes de mais nada, precisamos entender que os debates curriculares, como o propomos, carrega em si traços de disputas de narrativas entre interesses econômicos, políticos e sociais distintos e por vezes, antagônicos. Dessa forma, incluir uma reflexão crítica e histórica sobre a relação entre os seres humanos e a natureza ao longo do tempo, pode não agradar todos os atores que atuam nas escolas. Como observa Monteiro, devemos “compreender os currículos como construções históricas e sociais, como arenas políticas de disputas por hegemonia entre diferentes grupos no âmbito da sociedade de maneira mais geral” (MONTEIRO, 2018, p.1) Por outro lado, podemos acreditar que é

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

possível estabelecer essa ponte entre história e meio ambiente na sala de aula, pois como salienta a professora da UFRJ, nós possuímos, no tempo presente,

(...) formulações teóricas que permitem considerar as relações de poder, mas, também, possibilidades de transgressões, resistências, lutas que abrem novas perspectivas criativas de sujeitos, lugares e tempo. (MONTEIRO, 2018, p.1)

Barreto, sobre a importância de se abordar as questões ambientais nas aulas de história, defende que...

buscar uma racionalidade aberta capaz de dialogar com a complexidade das relações entre os homens, suas sociedades e os ecossistemas da biosfera traz importantes implicações pedagógicas, pois se trata de construirmos estrategicamente um novo olhar, que, reconhecendo os pontos cegos dos saberes científicos deificados, seja capaz de religar as instâncias cindidas, de não isolar totalmente os objetos de estudo para compreendê-los, enfim, de instaurar no plano do conhecimento e das ações humanas os nexos entre ver, perceber, conceber, pensar e agir. (BARRETO, 2013b, p. 191)

Com relação aos debates sobre as questões socioambientais na escola, podemos perceber, claramente, que a grande maioria dos professores envolvidos nas práticas de alguma forma de educação ambiental são professores ligados à área de ciências da natureza e, na área de ciências humanas, principalmente os professores de Geografia. Carvalho sustenta que a aproximação entre o ensino de história e o meio ambiente é bastante difícil e representa um dos grandes desafios que o professor enfrenta no tempo presente. Além das dificuldades estruturais, enfrentamos também um obstáculo paradigmático que coloca a História como um campo onde se dever trabalhar com o “social”, ignorando ou tratando de forma superficial o meio natural. O historiador mineiro aponta que “a dicotomia natural *versus* social/cultural/histórico prejudica não somente a nossa compreensão do ‘social’, mas também do ‘natural.’” (CARVALHO, 2016, p. 57) O autor salienta que

Os professores de História, além dos problemas práticos de aplicação dos temas transversais em sala de aula, têm aí uma dificuldade extra, pois o pensamento Ocidental separa fortemente a sociedade e a natureza. (...)

Em tal perspectiva reducionista e disjuntiva, a educação ambiental seria um tema para as áreas de Geografia e Biologia, de forma que não é coincidência que são os professores dessas disciplinas que organizam, prioritariamente, os trabalhos de educação ambiental nas escolas, e que são tais disciplinas que hoje formam os paradigmas transdisciplinares, que colonizam os estudos das relações sociedade-natureza (CARVALHO, 2012, p. 117)

A história ambiental aparece no campo dos domínios da História na década de 1970, porém podemos encontrar historiadores que, anteriormente se debruçaram sobre a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

questão da natureza nas suas produções. Os exemplos são diversos e podem nos levar desde intelectuais e políticos do século XVIII até autores clássicos brasileiros como Sérgio Buarque e Gilberto Freyre. Todavia, Pádua nos alerta que...

não é o caso de afirmar que esses autores estavam praticando uma historiografia “ambiental”. Mas uma percepção histórica sobre processos de mudança ambiental, produzidos por uma interação entre fatores humanos e naturais, estava sendo claramente delineada. (PÁDUA, 2010, p. 86).

Dessa forma, podemos trabalhar com as mais variadas fontes bibliográficas, até mesmo aquelas produzidas antes do surgimento das bases teóricas e formais da história ambiental no campo historiográfico.

Outra observação pertinente é a de que a origem da história ambiental se cruza com as vozes das ruas que ecoaram no mundo a partir do final dos anos 1960 que, entre tantas bandeiras levantadas, podemos encontrar a do ambientalismo. Segundo o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro

A ideia de “ecologia” rompeu os muros da academia para inspirar o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas em diferentes níveis de articulação, do local ao global. Mais ainda, ela penetrou significativamente nas estruturas educacionais, nos meios de comunicação de massa, no imaginário coletivo e nos diversos aspectos da arte e da cultura. (PÁDUA, 2010, p. 82)

Apesar disso, a história ambiental não se estruturou somente a partir do viés político. Ela emerge, também, das mudanças epistemológicas afloradas no decorrer do século XX. O professor Pádua identifica três mudanças que ocorreram na compreensão da relação entre os seres humanos e o mundo natural que merecem destaque. A primeira é o convencimento de que a ação humana pode gerar impactos no meio ambiente. Outra mudança é relacionada com a questão do tempo, ao identificar os tempos astronômicos e geológicos que romperam com o “teto” de seis mil anos que orientava as narrativas históricas e de outras áreas do saber. Por fim, “a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo.” (PÁDUA, 2010, p. 83)

Nesse contexto, a história ambiental foi buscando legitimidade no universo acadêmico procurando aliar o ativismo político com os problemas teóricos e metodológicos que se colocaram como um convite a enfrentar novos desafios intelectuais

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

e suprir algumas lacunas presentes no saber histórico acadêmico. Nessa empreitada, o historiador Donald Worster salienta que

A história ambiental é, em resumo, parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “supernatural”, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados possam ser ignoradas. (...)

A história ambiental nasceu, portanto, de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num empreendimento acadêmico que não tinha uma simples ou única agenda moral ou política para promover. Seu objetivo principal se tornou aprofundar nosso entendimento de como os seres humanos foram, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados. (WORSTER, 1991, p. 199-200)

No caso brasileiro, a história ambiental se apresenta como um fértil campo de estudos. Drummond, aponta sete motivos que tornam relevantes os estudos de história ambiental no país. A grandeza territorial, com dimensões continentais; a tropicalidade, que propicia uma biodiversidade rica e diversa; a imensa variedade de biomas e ecossistemas, que promove “variações internas notáveis e extensos ecótonos (ou zonas de transição)”; uma pré-história curta, datando, provavelmente de 8 mil anos atrás; a longa experiência da comunidade primitiva, onde a natureza local foi afetada há menos tempo do que nos outros continentes, em especial, a Europa, a África e a Ásia; e, finalmente, uma colonização mista e o imperialismo ecológico, formando um “quadro rico com influências culturais mútuas (...) [e uma colonização europeia que] deixou abundantes registros documentais dessas interações entre grupos sociais e entre eles e os diferentes ecossistemas, sob variadas circunstâncias históricas e sociais.” (DRUMMOND, 2002, p. 16-18)

O cientista social, professor da Universidade de Brasília, ressalta cinco procedimentos metodológicos e analíticos da história ambiental que são importantes de serem destacados. (DRUMMOND, 1991, p. 181-184). Dessa forma, vamos pontuar, separadamente, cada um deles.

1. *“Focalizar uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural.”* No lugar do recorte político, a história ambiental propõe um recorte natural: um bioma, um ecossistema, um rio, uma ilha etc.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2. *Buscar um “diálogo sistemático com as ciências naturais – inclusive as aplicadas – pertinentes ao entendimento dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas.”* Para conseguirmos justificar o recorte espacial e fazer com que os alunos consigam compreender esse espaço em que eles trabalharão, é necessário dialogar com alguns conceitos e saberes das ciências naturais.
3. *“Explorar as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas.”* Nesse ponto, Drummond destaca que

“(...) os historiadores ambientais encontram conceitos e enfoques úteis para estudar o papel da cultura nos usos dos recursos. Afinal, os recursos só se tornam recursos quando culturalmente identificados e avaliados. Não existem recursos naturais *per se*.” (DRUMMOND, 1991, p. 182)
4. *Valorizar “a grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e seu ambiente.”* No processo de construção de um saber histórico ambiental, a variedade de fontes é imensa, podemos utilizar tanto as tradicionais de história econômica ou social, como os relatos de exploradores viajantes e naturalistas europeus, bem como outros tipos de fontes históricas materiais escritas ou não escritas. Vale destacar que a paisagem também é uma fonte para o historiador ambiental. Nas palavras de Drummond, “trata-se de ler a história na paisagem.”
5. *Realizar trabalhos de campo.* Esse é o ponto central do projeto. A efetivação dos trabalhos de campos será de fundamental significância de tal maneira que pretendemos abarcar tanto as aulas teóricas como a prática de contato íntimo com a terra, com a floresta e seus habitantes. É relevante também, pois, nas palavras do professor da UnB, “(...) o trabalho de campo serve para identificar as marcas deixadas na paisagem pelos diferentes usos humanos, marcas estas que nem sempre constam de documentos escritos.” (DRUMMOND, 1991, p. 184)

Nessa sintonia, Gerhardt e Nodari (2010) propõem algumas ideias para que a história ambiental possa fazer parte do leque de alternativas trabalhadas pelos docentes em sala de aula. Primeiramente, eles sugerem que, através da experiência em pesquisa histórica, os alunos possam identificar e entender as transformações que os seres humanos provocam no meio ambiente e na paisagem. Em seguida, com as fontes históricas em mãos, “conhecer as experiências históricas das sociedades humanas em constante relação

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

com a natureza. ” (GERHARDT e NODARI, 2010, p. 60). Também sugerem que possamos romper com preconceitos³, em especial, o da organização das populações indígenas e, além disso, nos debruçarmos sobre problemas sociais como os conflitos por terras. Outro ponto que salientam é o do estudo das paisagens, que são transformadas pelos humanos, mesmo quando ela contém vasta área coberta pela flora.

No que tange à educação ambiental, iremos trabalhar com alguns autores brasileiros. Loureiro no que se refere à educação crítica e transformadora. Nosso projeto é realizado, principalmente, em sintonia com que o professor defende ao afirmar que

Uma Educação Ambiental Transformadora não é aquela que visa interpretar, informar e conhecer a realidade, mas busca compreender e teorizar a atividade humana, ampliar a consciência e revolucionar a totalidade que constituirmos e pela qual somos constituídos. (...) O que importa é transformar pela atividade consciente, pela relação teoria-prática, modificando a materialidade e revolucionando a subjetividade das pessoas. (LOUREIRO, 2003, p. 44.)

Reigota está em sintonia com as ideias acima na medida em que prega uma educação ambiental e política ao mesmo tempo. Ele salienta que a educação ambiental não é a “salvadora do mundo”, aquela que irá solucionar todos os problemas da humanidade. Mas ela pode contribuir, sobremaneira, para que humanidade possa se tornar mais equilibrada. Ele afirma que essa é uma tarefa de todos, independentemente da sua formação intelectual ou situação socioeconômica, criando condições de romper com a dicotomia cultura humana/natureza. Portanto, a educação ambiental não deve apenas olhar para a preservação do meio biofísico, ela também é um ato político

Quando afirmamos e definimos a educação ambiental como educação política, estamos afirmando que o que deve ser considerado prioritariamente na educação ambiental é a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos, visando a superação dos mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática de todos. (REIGOTA, 2014, p. 13)

Dias, ao discorrer sobre as etapas pelas quais a educação ambiental foi se concretizando, pelo menos em termos teóricos, a partir de encontros e conferências com especialistas de diversas partes do mundo, destaca que, a Conferência de Tbilisi, norteia alguns aspectos importantes e defende que...

³ Uma das marcas da história tradicional é a sua vocação etnocêntrica, que valoriza acriticamente o papel civilizatório do europeu em relação aos povos que Crosby chama de “neo-europeus”.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(...) a Educação Ambiental teria como finalidade promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade; proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir conhecimentos, o sentido de valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar a qualidade ambiental; induzir novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade em seu conjunto, tornando-a apta a agir em busca de alternativas de soluções para os seus problemas ambientais, como forma de elevação da qualidade de vida. (DIAS, 2004, p. 83)

Já Cascino afirma que, para efetivação de uma educação ambiental significativa, os professores precisam criar estratégias que culminem na “retomada do ambiente”, criando uma nova “ambientação” e, assim, “ecologizando as práticas educativas”. Para o autor

(...) esta relação profunda com o meio, paradoxalmente, faz daquele que nele habita, vive, deseja, realiza, sofre, tornar-se o próprio meio, apropriando-se dele de maneira a não saber e não poder distinguir-se dele, sabendo-se/sentindo-se meio ao mesmo tempo que segue sendo uma singularidade humana.

A construção de falas e de práticas pedagógicas daí derivadas, que pressupõe a ecologização do ato educativo, a exemplo do que ocorre no funcionamento dos sistemas naturais, deveria incorporar equilibrada e criticamente os processos de heterogeneização e homogeneização, que se desenvolvem e explodem nas práticas micro e macrocósmicas.

Cabe, portanto, ao profissional da educação, integrado e preocupado com a articulação de efetivos processos de transformação das práticas pedagógicas recriar os espaços/meios – ambientação – de ação curricular, desconstruindo os referenciais disciplinares, “passeando pelas novas disciplinas criadas no (des)encontro dos novos saberes/dúvidas/ambiguidades/intuições. (CASCINO, 1999, p. 87)

O Projeto Casa Verde é composto de dois produtos. O primeiro deles é o que chamamos de Horta Ecopedagógica. Composta de seis canteiros (quatro internos e dois externos), ela é subdividida em dois momentos: os canteiros de História Ambiental e os canteiros de Educação Ambiental. No primeiro, formado por dois canteiros, elaboramos seu roteiro de forma que os alunos possam conhecer a história através das plantas. No primeiro canteiro de História Ambiental, plantas que já eram utilizadas pelas populações indígenas antes da invasão europeia. Pimenta, tomate, milho, algodão, mandioca, amendoim e cacau são as plantas que formam este canteiro. Já no segundo canteiro de História Ambiental apresentamos aos alunos e visitantes, alguns gêneros explorados pelos europeus ao longo do processo de colonização do Brasil. Pau-Brasil, cana-de-açúcar, café e a laranja (importante na história local de Itaboraí) estão presentes ali. Estagiários de prática de ensino da UFF/RJ (2020/2 e 2021/1) estão empenhados na produção de um

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

roteiro da Horta Ecopedagógica, além de um canal do YouTube onde iremos publicar vídeos e podcast dos nossos projetos e ações.

No setor de Educação Ambiental da Horta Ecopedagógica, plantamos alimentos que servirão para realização de lanches com os visitantes e para aulas sobre a produção de canteiros de plantas comestíveis para complementar e melhorar a alimentação. Nesta parte temos hortaliças, temperos e chás, além de um espaço dedicado às plantas alimentícias não convencionais (PANCs). O lanche é realizado no espaço chamado de “Sala Verde”, onde dispomos de um fogão/ forno à lenha que fizemos com uma manilha de concreto, tijolos refratários e concreto.

Em novembro de 2019, realizamos o primeiro projeto com alunos do sexto e sétimo anos do Ensino Fundamental. Eles produziram um jardim suspenso comestível no muro lateral esquerdo da Casa Verde. Inicialmente, na escola, juntamos dezenas de garrafas pet e compramos cabo de aço de varal de roupa para montar os painéis. Os alunos pintaram as garrafas com tinta acrílica. Depois, montamos os painéis com os cabos de aço e fixamos no muro. A seguir, os alunos preencheram as garrafas com terra adubada e plantaram cerca de 100 plantas comestíveis das mais variadas: cebolinha, salsa, coentro, orégano, hortelã, couve, alface lisa, alface roxa, alface romana, alface crespa, dentre outras.

O segundo produto se chama Maquete Viva e é um espaço de 12 metros quadrados (4 metros comprimento por 3 metros de largura). Nele, vamos desenvolver, inicialmente, uma tentativa de narrativa da história ambiental local de Itaboraí a partir dois pontos: a região de manguezal do Recôncavo da Guanabara e a área onde começaram a construir o Comperj (Complexo Petroquímico de Itaboraí). A partir de trabalhos de campo nos locais e consultas na APA Guapimirim e na ONG Uçá, iremos, a partir de imagens de satélite e materiais obtidos nos trabalhos de campo e nas consultas, construir uma maquete daquela área. Essa maquete será produzida com estagiários de prática de ensino da UFF/RJ, professores parceiros da escola municipal onde lecionamos e alunos do segundo segmento do Ensino Fundamental desta escola anteriormente mencionada.

Objetivamos desenvolver um espaço que seja sustentável e, ao mesmo tempo, possa oferecer mudas de plantas e oficinas para estimular a comunidade local a produzir

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

jardins suspensos e canteiros comestíveis para complementar a alimentação familiar e melhor a qualidade do que comem. No espaço interno da casa, teremos uma sala para projeção de audiovisuais e para realização de experiências auditivas na CDteca, uma estante móvel e o Cantinho do Vinil, onde as pessoas poderão ter experiências com manuseio, história e audição de discos e CDs. Também dispomos de uma sala de reuniões e estudos com uma pequena biblioteca que oferece livros, textos, jornais e revistas sobre educação ambiental, história ambiental, história, literatura, política, economia, geografia, ciências da natureza e outras. Um pequeno acervo de livros didáticos também está disponível para pesquisa de alunos da educação básica, estudantes universitários e a comunidade local.

Pretendemos entregar o espaço totalmente pronto até março de 2022 para realizar mais atividades com os alunos, a comunidade local e universitários. Um ensino de história “ecologizado” que rompa com a dicotomia entre cultura humana e natureza é nosso objetivo principal nessa empreitada, lembrando que o projeto só é possível por causa das parcerias que realizamos ao longo desse período. Nesse sentido, gostaria de agradecer a todos os envolvidos, em especial ao meu orientador, professor Marcos Pinheiro Barreto pela atenção, compreensão e ajuda, sempre de forma precisa e pertinente.

Referências bibliográficas.

BARRETO, Marcos. Educação e meio ambiente: uma abordagem ecossocialista. **Revista Trabalho Necessário**, v. 11, n. 17, 2013a.

_____. Educação, meio ambiente e história: a formação de professores em tempos de crise. **Cadernos de Educação**, n. 44, p. 172-193, 2013b.

BOFF, Leonardo. **Ética e Espiritualidade: como cuidar da Casa Comum**. Petropolis/RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998. 436 p.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/CNE, 2018. 600p.

CASCINO, Fabio. **Educação ambiental: princípios, história, formação de professores**. São Paulo: SENAC, 1999.

CARVALHO, Ely Bergo de. A história ambiental e a " crise ambiental" contemporânea: um desafio político para o historiador. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 11, n. 11, p. 105-116, 2004.

_____. Uma História para o futuro: o desafio da educação ambiental para o ensino de História. **História Hoje**, v. 5, p. 1-10, 2011.

_____. A natureza não aparecia nas aulas de História?": lições de educação ambiental aprendidas a partir das memórias de professores de História. **História oral**, v. 1, n. 15, p. 107-129, 2012.

_____; DE SOUSA COSTA, Jamerson. Ensino de história e meio ambiente: uma difícil aproximação. **História & Ensino**, v. 22, n. 2, p. 49-71, 2016.

_____. Uma voz que clama no deserto: minhas experiências de educação ambiental na formação inicial de historiadores. **Revista do Lhiste-Laboratório de Ensino de História e Educação**, v. 4, n. 6, 2017.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental. Princípios e práticas**. 8ª ed. São Paulo: Editora Gaia, 2004.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Revista Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

_____. Por que estudar a história ambiental do Brasil? – ensaio temático. **Varia História**, n. 26, p. 13-32, 2002.

GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice Sueli. Aproximações entre história ambiental, ensino de história e educação ambiental. BARROSO, VLM et al. **Ensino de História: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST**, p. 57-72, 2010.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ITABORAÍ. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo. **Reformulação do Referencial Curricular da Rede Pública de Ensino de Itaboraí**. Versão preliminar para análise. Ensino Fundamental II. 2020. 34p.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Ambiente e Educação, Rio Grande do Sul**, n.8, p. 37-54, 2003.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Currículo e docência: a relação com o poder em questão. **Conferência no IV Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares**. Lisboa: UL, 2018.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2014. (Col. Primeiros passos)

SOFFIATI, Arthur. **Do global ao local: reflexões sobre Ecologismo e Eco-História**. Autografia, 2016.

_____. Algumas palavras sobre uma teoria da eco-história. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 18, 2008.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Revista Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

_____. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & sociedade**, v. 5, n. 2, p. 23-44, 2003.